

# Redução da pobreza e das desigualdades: desenvolvimento com inclusão

As políticas de distribuição de renda dos nossos governos **promoveram a maior redução da pobreza<sup>1</sup> da história do Brasil**. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que ela caiu de um patamar de 42 milhões de pessoas, em 2002, para 14 milhões em 2014.

A geração de 19,4 milhões de empregos com carteira assinada, a política de valorização do salário mínimo, a expansão do direito à aposentadoria e aos benefícios assistenciais, e o Bolsa Família sustentaram essa trajetória de baixas sistemáticas nos índices da pobreza.

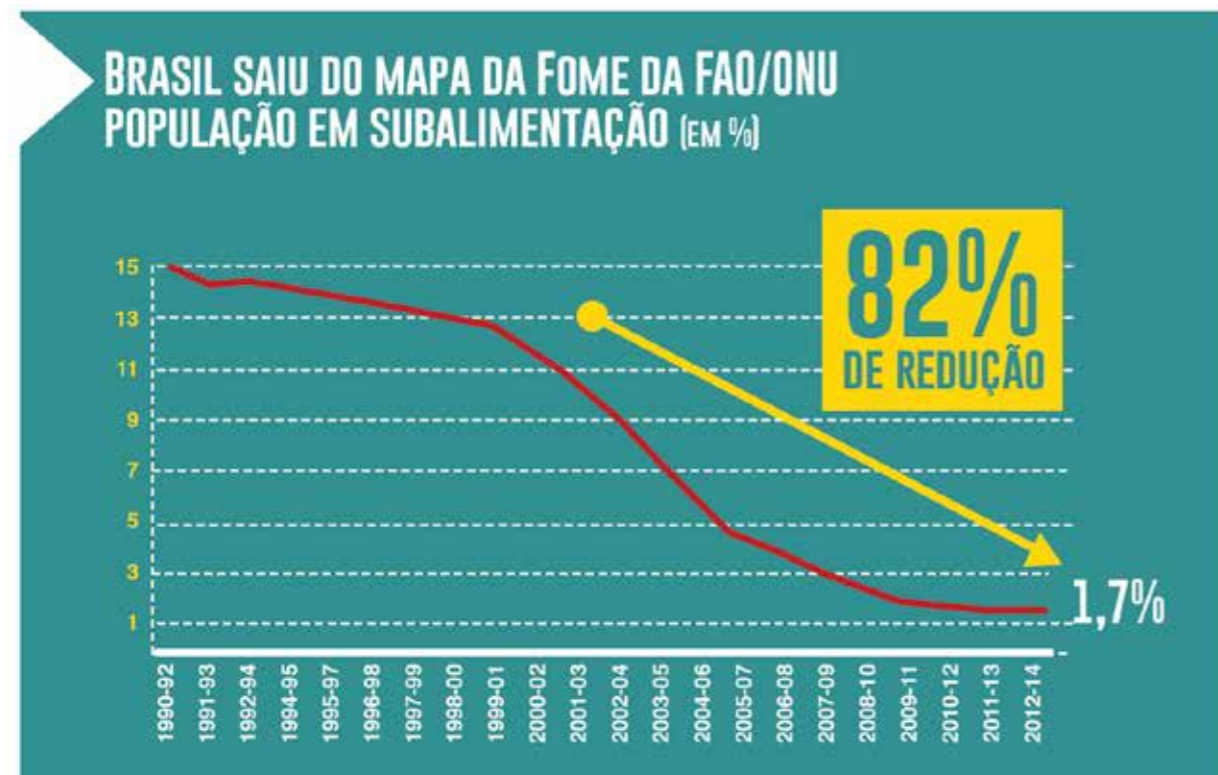
## BRASIL FORA DO MAPA DA FOME

O Brasil foi historicamente marcado pela fome, mesmo sendo um grande produtor e exportador de alimentos. Em 2003, o presidente Lula lança a estratégia **Fome Zero** para evidenciar a prioridade do combate à fome e mobilizar a sociedade.

<sup>1</sup>Pobreza: USD 2.5/dia  
Extrema Pobreza USD 1.25/dia

Com os governos do PT, graças à ampliação do acesso à renda, aliada ao fortalecimento da Agricultura Familiar com programas como o PRONAF, Garantia Safra, PAA e o PNAE (Alimentação Es-

colar), com forte impacto na produção de alimentos, o **Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas**. A fome no Brasil caiu 82% entre 2003 e 2014, ano do anúncio da FAO/ONU.



## BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família foi criado em 2003 com os objetivos de aliviar a pobreza e a fome, incluir as crianças na educação, reduzir o abandono escolar e ampliar o acesso dos beneficiários à saúde, principalmente de crianças e gestantes.

É um programa de transferência de renda condicionada, ou seja, exige o cumprimento de medidas na área de saúde, em especial vacinação e acompanhamento de crianças e gestantes, e a frequência escolar. Seu foco é a população pobre e extremamente pobre. A maioria das famílias (em torno de 70%) trabalha e tem o Bolsa Família como complemento da renda familiar.

Graças ao programa, 36 milhões de brasileiros e brasileiras eram mantidos fora da

extrema pobreza. Estudos publicados por pesquisadores independentes permitiram ainda apurar benefícios que vão muito além do previsto.

★ O Bolsa Família fortalece a economia local. Para cada R\$ 1 investido no Programa, R\$ 1,78 retornam para a economia;

★ Com o Bolsa Família, a mortalidade infantil por desnutrição foi reduzida em 58% e, por diarreia, em 46%;

★ As gestantes do programa têm 50% mais de presença no pré-natal, o que se desdobra em outros números, como na redução de 14% na taxa de prematuros, de 50% na prevalência de baixa estatura (desnutrição crônica), de 18% na mortalidade materna e de 21% na hanseníase, além dos impactos nas taxas de suicídio e de homicídio.



## DESMONTE

Em 3 anos de golpe, a extrema pobreza já voltou aos patamares de 2006. São mais de 12,5 milhões de desempregados e 40% dos ocupados estão na informalidade e em trabalhos precarizados e com renda em queda. A divulgação dos dados de 2018 da PNAD revela uma realidade ainda pior, na qual a miséria retrocede aos patamares de 2003, início do governo Lula.

Como consequência, a fome está de volta. Temer e Bolsonaro destruíram todas as medidas que foram consideradas bem sucedidas pela FAO/ONU.

A pobreza retorna com o desemprego, com o desmonte da CLT e da política de valorização do salário mínimo, com o fim dos recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para cisternas, com o desmantelamento completo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com os cortes em programas estratégicos como o PRONAF e ações de apoio às cooperativas da agricultura familiar, e com a extinção do CONSEA.

O então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome está hoje reduzido à mera Secretaria Especial e já não tem nenhuma menção à fome em seu nome.



FOTO: ANA NASCIMENTO/IDS

## BOLSA FAMÍLIA ATÉ O GOLPE DE 2016

O Bolsa Família é reconhecido como o maior e mais bem focalizado programa de transferência condicionada de renda do mundo. Em abril de 2016, às vésperas do golpe, o programa

- ★ atendia 13,9 milhões de famílias, com gastos de apenas 0,47% do PIB;

- ★ monitorava a frequência escolar de 17 milhões de crianças e adolescentes, atingindo o patamar de 97,8% na faixa etária de 6 a 14 anos;

- ★ promoveu o crescimento de 290% no número de pessoas com Ensino Fundamental completo;

- ★ acompanhou 9 milhões de famílias nas unidades de saúde.



## DESMONTE DO BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família vem sofrendo constantes ameaças. São permanentes as acusações feitas aos beneficiários e beneficiárias de que fraudam o programa e de que são preguiçosos, aumentando o ódio e o preconceito contra os mais pobres.

Em julho de 2017, o Bolsa Família sofreu uma drástica redução de mais de 1 milhão de beneficiários, que foi revertida por denúncias dos parlamentares do PT e da oposição. Na proposta de orçamento de 2019, o governo Temer cortou metade dos recursos do programa, também recompostos depois da repercussão negativa.

O crescente desemprego e empobrecimento da população exigiram uma expansão do programa, incorporando ainda mais famílias. 700 mil delas estão na fila para entrar, enquanto o governo faz o oposto. O projeto de lei do orçamento para 2020 já prevê um repasse muito menor: 400 mil famílias a menos, sem reajuste e com 1/3 dos recursos sem cobertura (dependendo de crédito suplementar).

O 13º prometido por Bolsonaro durante a campanha virá às custas de quase 1 milhão de famílias altamente vulneráveis, se consideradas as que já aguardam na fila e as que deveriam ainda ser integradas por conta da crise e do desemprego. A MP enviada para o Congresso prevê o 13º somente para 2019. Dessa forma, ao que parece, vai “cumprir a promessa” no primeiro ano e abandonar o compromisso.

O governo Bolsonaro, agora, desenvolve estudos sob alegação de reestruturar o Bolsa Família e simplificar as transferências. O que está por trás dessas medidas, no entanto, mais uma vez, é hiperfocalizar o programa, que passaria de uma cobertura de mais de 20% da população para atender apenas 5%, além de acabar com o Abono Salarial e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

## CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

O Cadastro Único para Programas Sociais, o CadÚnico, é uma plataforma de coleta de dados e informações das famílias de baixa renda. Com o governo Lula e o Bolsa Família, o CadÚnico passou a ter efetividade e se transformou na porta de entrada das famílias para a rede de proteção e oportunidades de inclusão.

Em 2003, 40% dos brasileiros e brasileiras, exatamente os mais pobres, não se encontravam em registros dos programas federais. O CadÚnico foi a ferramenta para tornar essas famílias visíveis ao Estado.

Hoje, são mais de 27 milhões de famílias cadastradas em 20 programas como: Luz para Todos, Cisternas, Pronatec, Mais Médicos, Mais Educação, creches etc., além de programas estaduais e municipais.

## PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

Em 2011, no início do governo Dilma, com a meta de, em 4 anos, superar a extrema pobreza, é lançado o Plano Brasil sem Miséria (BSM). A sólida base de políticas públicas construídas no governo Lula e no Cadastro Único permitiu mon-

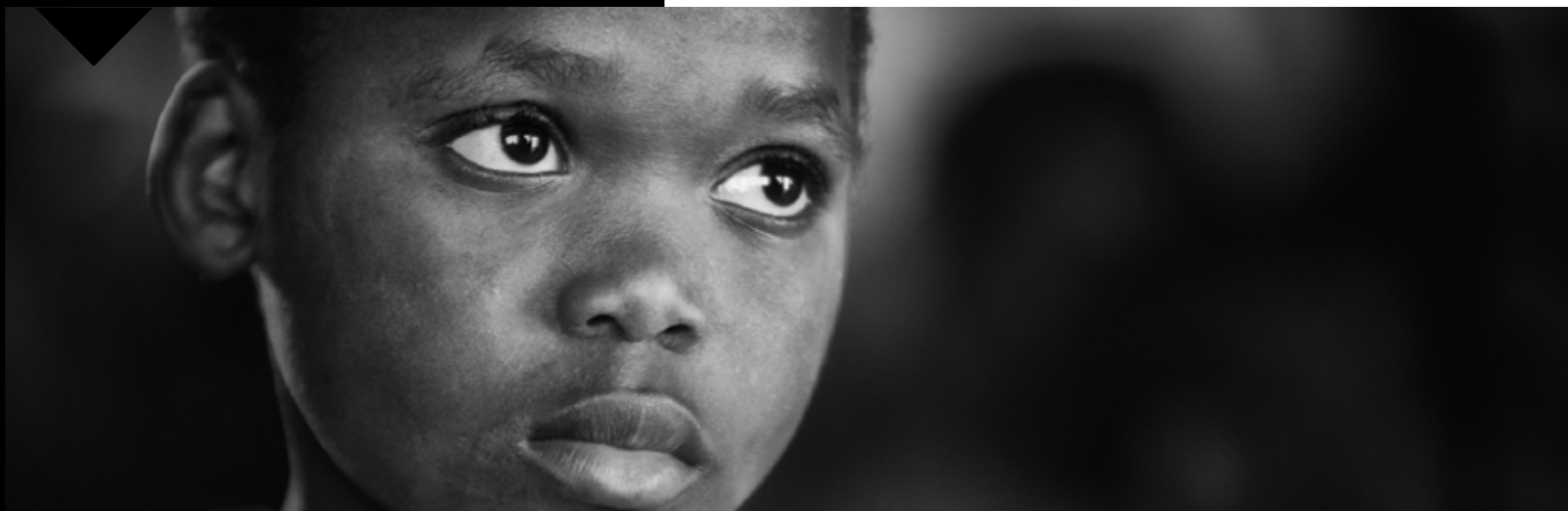
tar uma estratégia intersetorial envolvendo 22 ministérios e 120 ações, além de estados e municípios.

Dar mais um salto no combate à pobreza era necessário e o foco passava a ser aqueles que, mesmo com a ampliação de direitos e oportunidades do período 2003/2010, não haviam conseguido superar a extrema pobreza. O Plano Brasil Sem Miséria tinha um tripé: busca ativa dos que ainda estavam fora do CadÚnico e ampliação das ações de acesso à renda; encaminhamento a serviços e programas sociais; e inclusão produtiva.

## Resultados eixo renda

**Bolsa Família:** o benefício passou a ter uma parcela variável, de acordo com a severidade da pobreza. Com isso, foi possível retirar 22 milhões de brasileiros e brasileiras da extrema pobreza.

**Busca Ativa:** por meio de mutirões e ações da rede de Assistência Social, integrada a atores locais, 1,7 milhão de famílias de baixa renda foram localizadas e inseridas no Cadastro Único e no Bolsa Família para ter seus direitos assegurados e acesso aos programas sociais. O governo federal, primeiramente, remunerou os municípios para apoiar na localização das famílias, que, por vulnerabilidades como distância ou desconhecimento, ainda não estavam cadastradas. Em seguida, passou a financiar os municípios para chegar aonde a população pobre está, com 1.250 equipes volantes da Assistência Social e 120 lanchas.



**Brasil Carinhoso:** enfrentou uma das faces mais cruéis da miséria: aquela que, com maior incidência, atinge a infância e adolescência. Com esse complemento de renda, o Brasil Carinhoso retirou da miséria mais de 8,1 milhões de crianças e adolescentes. O número de crianças do Programa Bolsa Família matriculadas em creches aumentou de 483 mil, em 2011, para 756 mil, em 2015, graças aos recursos federais repassados, por criança beneficiária, aos municípios para ampliar vagas e melhorar o atendimento.

### ■ Inclusão Produtiva Urbana

As ações de Inclusão Produtiva Urbana eram integradas ao BSM, pois as razões para que uma família esteja em situação de pobreza são múltiplas, não se restringem a questões econômicas ou à falta de trabalho. Com o Brasil sem Miséria, mais pessoas tiveram oportunidades de emprego e geração de renda:

**Pronatec Brasil sem Miséria:** foi o principal instrumento para essa inclusão. Mais de 600 diferentes tipos de cursos de qualificação profissional com 1,8 milhão de matrículas para beneficiários do Bolsa Família entre 2011 e 2015, dos quais 67% são mulheres e 47% com idade entre 18 e 29 anos.

O sucesso na inclusão dos mais pobres se deveu ao apoio da rede de assistência social na mobilização e inscrição do público e identificação dos parceiros locais. Um terço dos beneficiários do Bolsa Família que fizeram um curso no Pronatec conseguiram seu primeiro emprego formal.

**Micro e pequenos empreendedores e MEI:** 1,6 milhão de inscritos no Cadastro Único foram formalizados como Microempreendedores Individuais, sendo 724 mil do Bolsa Família. Destes, 94% eram mulheres e 67%, negros e negras. Uma parceria entre o MDS e o SEBRAE possibilitou que mais de 200 mil beneficiários do Bolsa Família fossem incluídos nos



FOTO: EDUARDO AIGNER/MDA

Programas de Assistência Técnica. Foi constituído também o Pronatec Empreendedor, com foco na Gestão.

**Programa Crescer:** o programa de microcrédito criado para atender os empreendedores de mais baixa renda. Em 4 anos de existência do Programa, mais de 11 milhões de operações foram realizadas, das quais 6,1 milhões foram contraídas por beneficiários inscritos no Cadastro Único das Políticas Sociais (CADÚNICO), sendo que 3,9 milhões de operações de beneficiários do Bolsa Família. A média de 3 operações por beneficiário mostra que o Programa teve eficácia e eficiência. O fato de que os beneficiários repetiram operações demonstra, por sua vez, que seu negócio deu certo a ponto de fazerem novas operações. O valor médio por operação é cerca de R\$ 700,00, um valor compatível com população de baixa renda.

### ■ Inclusão Produtiva Rural

O Brasil sem Miséria construiu estratégias e ações específicas voltadas para os mais pobres do meio rural. Ali, em cada 3 moradores, 1 era extremamente pobre, em 2011, e a severidade da pobreza era 5

vezes superior ao urbano. Nesse sentido, o esforço foi enfrentar a pobreza em todas as suas dimensões nas áreas rurais: proteção e desenvolvimento social, geração de renda e inclusão produtiva.

O BSM na área rural foi uma grande força-tarefa para não deixar ninguém para trás, mesmo nos rincões mais distantes e isolados do país. Programas como Bolsa Família, Garantia-Safra, Bolsa Verde e Aposentadoria Rural foram fortalecidos e expandidos a fim de que todos tivessem uma garantia de renda mínima para sair da miséria. Caminho da Escola e Mais Médicos ajudaram ainda no acesso aos serviços básicos de saúde e educação.

Subsidiado pelas informações do Cadastro Único e outras bases sobre a população rural, o governo federal planejou o direcionamento desses programas de maneira focalizada. Foram levadas ao público mais pobre do campo ações do “pacote” de inclusão produtiva rural, constituído por ações de assistência técnica especializada, recursos para investir nas propriedades, ampliação do acesso à água e à energia elétrica e apoio à comercialização da produção por meio de compras públicas e privadas.



## Resultados no meio rural

Os resultados não poderiam ser melhores. A pobreza e a extrema pobreza reduziram-se fortemente em todas as zonas rurais do país – e de forma ainda mais forte entre os que mais precisavam.

★ 2,1 milhões de famílias rurais de baixa renda foram impactadas pela estratégia de inclusão produtiva rural do BSM. Foram investidos R\$ 10 bilhões de reais entre 2011 e 2014 (para além do PBF e benefícios), o que permitiu que essas famílias ampliassem suas fontes de renda, a produção de alimentos e o acesso ao mercado de trabalho.

★ 345.639 das famílias que obtiveram Assistência Técnica e Extensão Rural são extremamente pobres.

★ Fomento à Produção para 250 mil famílias com recursos não reembolsáveis

★ Para além da pobreza monetária, outras dimensões da pobreza foram enfrentadas, fazendo com que as condições de vida das populações rurais melhorassem consideravelmente. O percentual de famílias vivendo em pobreza crônica multidimensional caiu de 31,9% para 5% nas áreas rurais, entre 2003 e 2015.



## DESMONTE DO BRASIL SEM MISÉRIA

Na Busca Ativa, o Governo Temer inverteu a lógica e passou a remunerar os municípios que excluíssem famílias do CadÚnico e do PBF. No caso do Brasil Carinhoso, o programa foi extinto e o repasse de recursos para os municípios, com o objetivo de estimular a inclusão de crianças pobres em creches, foi interrompido. Não há mais suporte às prefeituras.

O governo Temer passou a gastar os recursos em um programa de visita familiar (Criança Feliz) realizado à revelia da rede de assistência social e às custas de verbas para creches e para a atenção básica do SUS.

Além disso, as estruturas de gestão e coordenação do Brasil Sem Miséria para as áreas rurais foram desmontadas e, hoje, não existe mais uma força-tarefa nacional para combater a pobreza e a exclusão social nessas regiões. Voltou-se a priorizar apenas o agronegócio de maior escala em detrimento da agricultura familiar, pescadores e maricultores, indígenas, povos e comunidades tradicionais.

Os programas foram desorganizados e os recursos, reduzidos a uma fração do que eram antes. As ações de Fomento e Assistência Técnica para famílias de baixa renda foram extintas. O alcance e a escala da maioria das ações foram fortemente reduzidos, como no caso das Cisternas, PAA e Bolsa Verde.

O Pronatec, por sua vez, foi extinto e o Governo Temer lançou o Plano Progridir, que possuía base assistencialista e que, por fim, não saiu do lugar.

FOTO: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



## BOLSA VERDE

O Bolsa Verde é um programa de **transferência de renda com condicionalidades ambientais**, voltado a populações em extrema pobreza, beneficiárias do Bolsa Família, que vivem em áreas com rico ativo ambiental, como reservas extrativistas ou Florestas Nacionais. Essa proposta inovadora incorporou à matriz de proteção social brasileira o conceito de sustentabilidade social e ambiental. Foi criado em 2011 como parte do Brasil sem Miséria. Depois do golpe, o Bolsa Verde foi extinto e as comunidades, abandonadas à sua sorte.

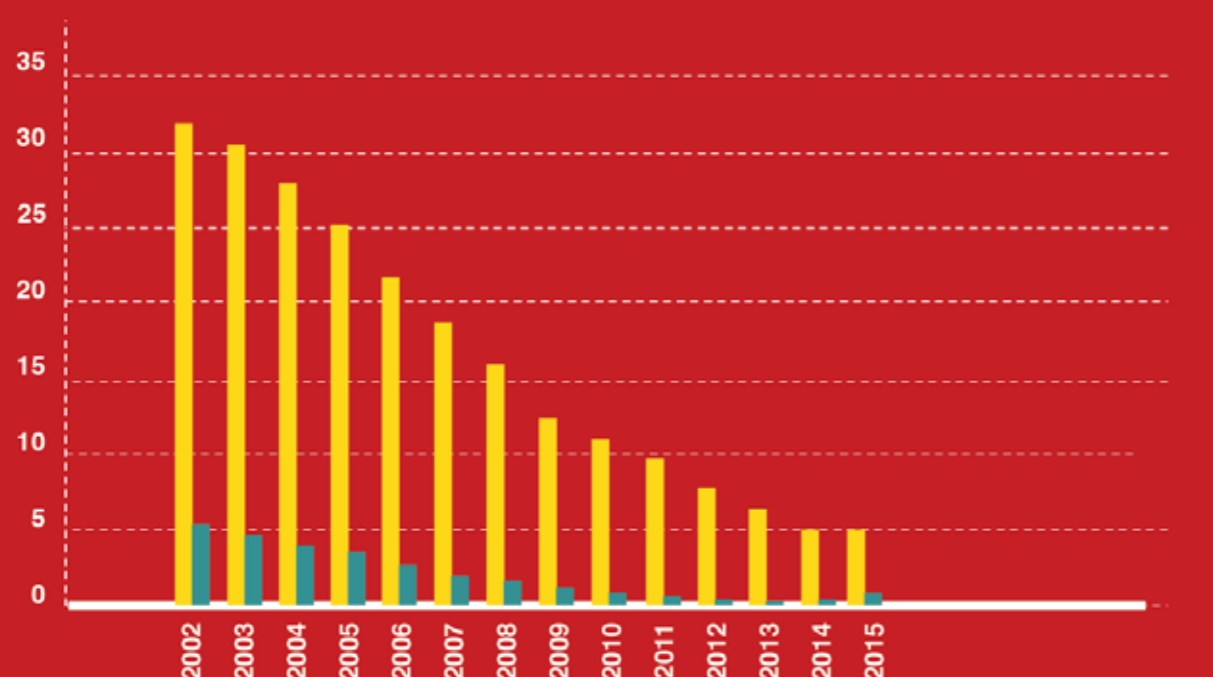
## Resultados

★ 77.454 famílias de povos e comunidades tradicionais, em especial extrativistas, foram beneficiadas (com R\$ 300 trimestrais), sendo 83% de famílias negras;

★ 16 mil famílias não tinham nem registro civil e passaram a ter;

★ Dados coletados por monitoramento por imagem mostram que 98,6% da área manteve sua cobertura vegetal.

## POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA CRÔNICA MULTIDIMENSIONAL, POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (EM %)



## PROGRAMA CISTERNAS

A ação foi criada em 2003 e reestruturada em 2013. Tem o objetivo de promover o acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos em domicílios de baixa renda e em escolas públicas na zona rural.

O programa, que teve início a partir de matriz desenvolvida e multiplicada pela Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA, possui hoje um portfólio de 28 modelos de tecnologia social para todos os biomas e para diferentes públicos.

Por seus resultados, recebeu, entre outros, o “Prêmio Sementes 2009”, da Organização das Nações Unidas (ONU), concedido a projetos de países em desenvolvimento feitos em parceria com organizações não-governamentais, comunidades e governos, e o “Future Policy Award”, concedido pelo Comitê de Combate à Desertificação da ONU, em parceria com o World Future Council, em reconhecimento a uma das melhores políticas do mundo sobre o tema.

As cisternas contribuíram para a melhoria de vida da população beneficiária e foram responsáveis pela:

- ★ Redução na incidência de doenças de veiculação hídrica;
- ★ Redução de até 70% na taxa de mortalidade infantil em decorrência de diarreia;
- ★ Redução no risco de ocorrência de diarreia em 73% dos beneficiários (só na faixa de 5 a 9 anos, a redução chega a 84%);
- ★ Incidência positiva no peso ao nascer das crianças;
- ★ Redução de pelo menos 20% no tempo gasto para buscar água, normalmente, usado pelas mulheres, com aumento no tempo para lazer e educação das crianças;
- ★ Aumento de 7,5% na frequência escolar de crianças.

### Programa Cisternas em números

Nos 13 anos de governos Lula e Dilma, foram entregues

- ★ 1.257.670 cisternas para consumo
- ★ 169.537 cisternas para produção (2ª água)
- ★ 6,9 mil cisternas escolares



## DESMONTE DO PROGRAMA CISTERNAS

Ainda há uma demanda estimada em 1,3 milhão de famílias sem acesso regular à água no meio rural, das quais 600 mil no Semiárido. O programa praticamente não existe mais, deixando esse público sem perspectiva.

O orçamento e as entregas passaram a cair significativamente a partir de 2015, após um salto observado entre 2011-2014. Os volumes entregues em 2016-2017 se referem basicamente a projetos em andamento, iniciados durante o governo Dilma.



FOTO: RICARDO STUCKERT



FOTO: UBIRAJARA MACHADO/MDS

FOTO: UBIRAJARA MACHADO/MDS



FOTO: SERGIO AMARAL/MDS

## LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi criado em 2004 e cumpriu o objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica para moradores rurais de todo o país. Foram 3,3 milhões de famílias e cerca de 15,9 milhões de brasileiros e brasileiras atendidos.

Os dados evidenciam o tamanho do investimento público realizado:

- ★ O Luz para Todos usou mais de 1,2 milhão de transformadores e mais de 8,3 milhões de postes;
- ★ Na região amazônica, uma nova tecnologia, com postes de resina feitos para flutuar nos rios, permitiu o transporte mais rápido de 68 mil postes levando luz elétrica a regiões de difícil acesso;
- ★ Foram empregados 1,6 milhão de km de cabos elétricos, o que equivaleria a 40 voltas ao redor da Terra;
- ★ Estima-se que as obras do Luz para Todos tenham gerado cerca de 498 mil novos postos de trabalho.

## REGISTRO CIVIL

Em 2003, foi lançado o **Movimento Nacional de Mobilização para o Registro de Nascimento**, voltado à erradicação do sub-registro civil de nascimento, que avançou para o Plano Nacional. O processo envolveu estados e municípios em mutirões para emissão do documento, e ofereceu gratuidade e segunda via para famílias em situação de pobreza.

No ano do lançamento, 18,8% da população - em sua grande maioria mulheres e crianças - não tinham registro. Esse número caiu para menos de 1% em 2014, de acordo com dados do IBGE.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

O compromisso social dos governos do PT foi claramente expresso no empenho de consolidar a política pública de assistência social, até então fragmentada em ações sem continuidade ou escala, sem

compromisso com a reversão dos quadros de pobreza e vulnerabilidade social.

Contando com expressiva ampliação do investimento federal, o governo Lula, em 2004, deu início à expansão e consolidação da política pública de assistência social por meio da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com ele, foram criados os equipamentos públicos para o setor: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que estão presentes em praticamente todos os municípios e permitem o acesso aos serviços e benefícios assistenciais; o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros Pop).

O SUAS possibilitou o estabelecimento de um compromisso de proteção social inovador no Brasil. Com ele, foi possível atender toda a população em situação de pobreza e extrema pobreza por meio do BPC e do PBF, de maneira a efetivar a garantia de patamares mínimos de renda.

Nos equipamentos do SUAS - CRAS, CREAS e Centros Pop -, os profissionais da área passaram a atuar no atendimento, acompanhamento e promoção das famílias em que crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência estivessem em situação de vulnerabilidade social. Por meio de tais órgãos, passou-se também a atender aqueles que requerem atenções especiais devido a contextos familiares caracterizados pelo isolamento, por dinâmicas de violência ou por situações de violações de direitos humanos que demandem intervenções especializadas ou acolhimento institucional.

## Mais recursos para a assistência social

Os recursos da Função Assistência Social foram multiplicados por 4 em termos reais, se comparados os valores do final do governo Fernando Henrique Cardoso e os de fins de 2015. Esse montante passou de 0,55% para 1,22% do PIB no mesmo intervalo de tempo.

Partimos de uma situação em 2003 na qual não havia nenhum equipamento especializado em Assistência Social financiado pelo governo federal para:

- ★ 8,1 mil CRAS em 5,5 mil municípios;
- ★ 2,4 mil CREAS trabalhando com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social;
- ★ 300 Centros Pop com profissionais que realizam a Busca Ativa e acolhimento;
- ★ 18,5 mil entidades privadas de assistência social sem fins lucrativos que se tornaram parceiras no atendimento socioassistencial à população;
- ★ Mais de 1.250 equipes multidisciplinares volantes para a atenção a famílias em territórios rurais extensos;
- ★ 120 lanchas da Assistência Social vinculadas ao BSM para atender população ribeirinha no Norte (unidades móveis);
- ★ 35 mil trabalhadores e trabalhadoras formados pelo Capacita SUAS, do BSM.

Além disso, foi autorizado que os repasses de recursos federais pudessem remunerar o salário dos servidores do SUAS. Com isto, os trabalhadores na rede pública SUAS, no final de 2015, somavam 272 mil. Se considerada a rede privada, o número chegava a 600 mil profissionais.



## DESMONTE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os governos Temer e Bolsonaro romperam com o modelo da assistência social como direito. Está de volta a velha política assistencialista, baseada no favor, na filantropia e no primeiro-damismo. A EC 95 limitou os recursos para as políticas sociais, o que impactou fortemente a previsão de ações continuadas no SUAS.

O Orçamento para 2020 prevê uma redução de mais de 15% nas verbas da assistência social. O corte provavelmente chegará a 26%, já que os recursos estão condicionados à aprovação de crédito.

As ações de Proteção Social Básica foram reduzidas em 22% (R\$ 249,8 milhões) e praticamente foi zerada a possibilidade de Estruturação da Rede de Serviços do SUAS.

## BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito, estabelecido na Constituição Federal de 1988, que proporciona o pagamento de um salário mínimo aos idosos ou mais e às pessoas com deficiência em situação de pobreza.

A partir de 2003, houve um aumento significativo do número de beneficiários do BPC em função da aprovação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), que reduziu a idade de acesso ao benefício de 67 para 65 anos, e da realização de campanhas.

Da mesma forma, foi ampliado o acesso ao benefício para pessoas com deficiência com modelo de avaliação baseado em regras internacionais da OMS.

O BPC passou de 1,5 milhão de beneficiários no começo do governo Lula (976 mil PCD e 584 mil idosos) para 4,2 milhões no final de 2015 (2,3 milhões PCD e 1,9 milhão de idosos).



## BPC ESTÁ SOB ALTO RISCO

O Governo Bolsonaro tentou desconstituir esse direito previsto na Constituição. Propôs a ampliação da idade de 65 para 70 anos, para garantir o valor do salário mínimo, e ofertou, em troca, R\$ 400 reais a partir de 60 anos.

O BPC também está sob permanente ameaça, como é o caso da exigência para que idosos se inscrevam no Cadastro Único, sem a devida divulgação e suporte para esse público pobre e vulnerável. Existem ainda estudos que pretendem incorporar o BPC a políticas como o Bolsa Família, distorcendo o direito e ceifando os valores.

Além disso, o fim da política de valorização do Salário Mínimo terá forte impacto de médio prazo nos valores do BPC. No curto prazo, destacam-se as mudanças nos processos, com acelerada implantação do INSS digital (aposentadoria de seus servidores, sem novas contratações), e falta de atenção ao usuário do INSS, em especial ao BPC.



## POLÍTICAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

O Brasil foi apontado como referência no combate ao trabalho infantil pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) por causa da criação do **Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**. A medida articulava ações de fiscalização da Justiça do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, com atividades de contraturno promovidas pela assistência social e organizações da sociedade civil.

Com o início das políticas de Transferência de Renda, o combate ao trabalho infantil foi ampliado para todo o território nacional, ao ser integrado ao Bolsa Família. Dessa forma, não apenas garantimos a essas crianças e adolescentes uma alternativa ao trabalho precoce, como também criamos mecanismos de controle, já que o programa, além de não permitir o trabalho, exigia a presença na escola em pelo menos 85% das aulas de cada mês.

## COMBATE AO TRABALHO INFANTIL EM NÚMEROS

★ O número de crianças de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil declinou de 5,1 milhões, em 2002, para 2,2 milhões, em 2015, sendo majoritária a parcela que estava na escola;

★ A quantidade de crianças pobres e extremamente pobres com menos de 13 anos diminuiu de 2,4 milhões, em 2004, para pouco mais de 390 mil, em 2015;

★ O perfil dos que estavam no trabalho infantil mudou. Em 2003, eram menores de 13 anos no trabalho rural e no insalubre (olarias, carvoarias e corte de cana). Em 2015, 82% do trabalho infantil alcançava adolescentes de 14 a 17 anos, sendo predominante em áreas urbanas, em atividades informais e remuneradas.



FOTO: OTAVIO DE SOUZA





## COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NÃO É MAIS PRIORIDADE

Depois do golpe de 2016, o combate ao trabalho infantil deixou de ser prioridade nas ações de fiscalização e ficou ameaçado com a extinção do Ministério do Trabalho e com a desarticulação das políticas públicas desenvolvidas nos governos do PT.

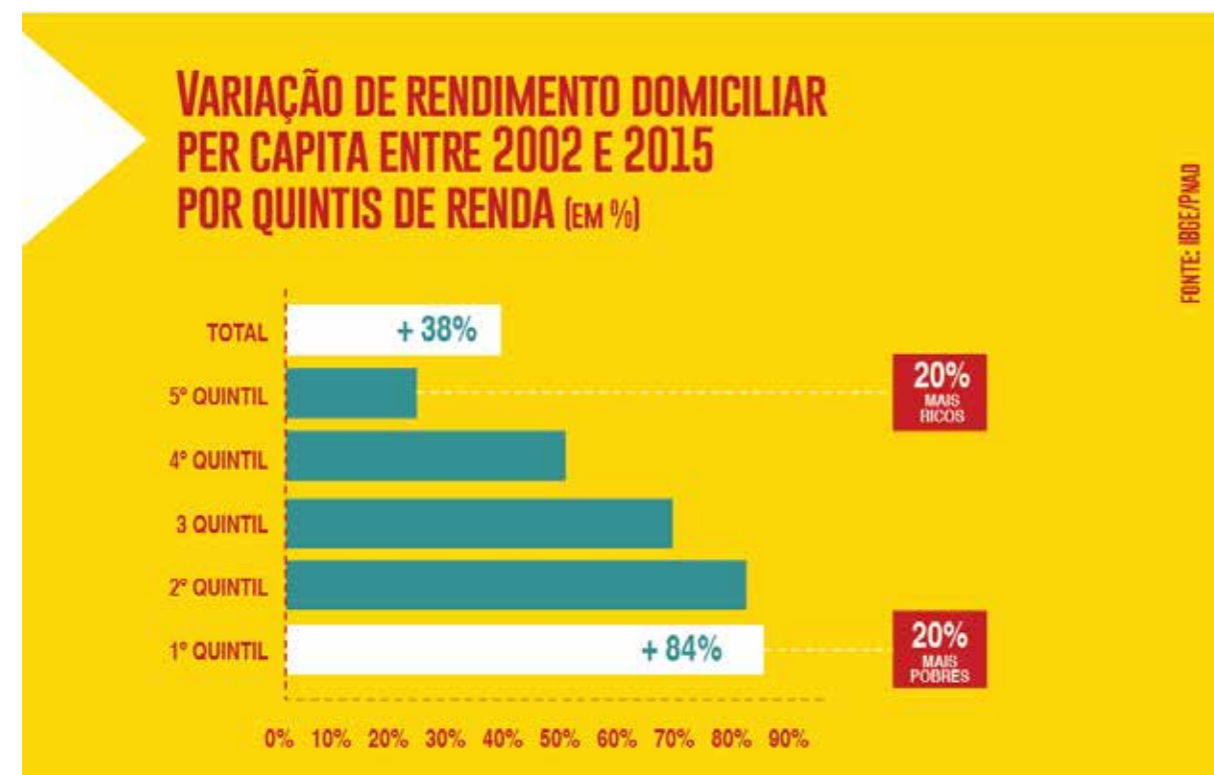


## REDUÇÃO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES

Nestes 13 anos de legado, ficou claro que nosso projeto de reduzir a pobreza foi muito além de distribuir renda. O grande esforço foi reduzir as assimetrias de acesso a bens e serviços e tratar como urgente o direito à alimentação, água, saneamento, energia, educação, saúde e bens de con-

sumo, como geladeira, por exemplo, que, além do conforto, é item estratégico de segurança alimentar das famílias pobres.

**O desenvolvimento com inclusão é bom para todos.** E todos ganharam nos nossos governos. A renda média cresceu 38% acima da inflação, mas a renda dos 20% mais pobres cresceu muito mais (84%).



## REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL EM NÚMEROS

A redução das desigualdades foi estrutural. Segundo dados do IBGE, entre 2003 e 2015:

★ 41 milhões de pessoas passaram a contar com água de qualidade. Entre elas, 38 milhões de negros e negras;

★ Enquanto 88,6% da população total tinha acesso à água de qualidade, entre os 5% mais pobres eram apenas 49,6%. Essa porcentagem subiu para 76% em 2015, representando um aumento de 53%. Só no Nordeste, foram dez milhões de famílias beneficiadas;

★ O Brasil reduziu desigualdades ao universalizar energia elétrica e beneficiar mais de 35,6 milhões de pessoas. Em 2002, 96,7% da população possuía acesso à energia elétrica, contudo, nos 5% mais pobres, o percentual caía para 81,3%. Esses quase 19% desassistidos estavam principalmente nas áreas rurais do Norte e Nordeste. Em 2015, o acesso à energia para essa faixa da população aumentou para 98,6%;

★ 48 milhões de brasileiros e brasileiras receberam escoamento sanitário adequado. É como se tivéssemos oferecido rede de esgoto para toda a Argentina em 13 anos. Desses, 38 milhões eram negros e negras;

★ Aumentamos o acesso a bens de consumo. Como é o caso das 24 milhões de famílias que puderam comprar uma geladeira porque tiveram acesso à renda e à eletricidade.